
CÍRCULO DE CRISTAL, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

2020

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Introdução
2. Enquadramento económico
3. Análise da atividade e da posição financeira
4. Investimentos no exercício
5. Proposta de aplicação de resultados
6. Expectativas futuras
7. Outras informações

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO - 2020

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO – 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



Relatório de Gestão de 2020

1. Introdução

A sociedade Círculo de Cristal, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Av. Antunes Guimarães, n.º 1217 – 2.º, no Porto, constituída em 12 de janeiro de 2017.

Pessoa coletiva, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro, sob o número 514 247 185, tem como objeto a Reabilitação, requalificação e exploração do Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota.

Esta atividade é desenvolvida ao abrigo de um contrato de concessão celebrado com o Município do Porto, que resultou de um concurso público promovido com o objetivo daquele que é hoje o objeto da sociedade.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira da Círculo de Cristal, bem como dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2. Enquadramento económico

A evolução da economia portuguesa foi fortemente condicionada pela pandemia COVID-19 e pela adoção de medidas de contenção. De acordo com as estimativas oficiais, o PIB caiu 7,6% face a 2019, numa magnitude superior à estimada para a área do euro (-6,8%).

Numa análise de equilíbrio geral, a evolução dos agregados macroeconómicos em 2020 foi marcada por perturbações na procura e na oferta. Na ótica da despesa, a quebra da atividade económica deveu-se essencialmente ao comportamento das exportações (-18,6%), em particular de serviços, e do consumo privado (-5,9%).

O perfil trimestral da atividade foi marcado. Depois de quedas em cadeia no primeiro e segundo trimestres de 4% e de 14%, a economia recuperou de forma vincada, crescendo 13,4% no terceiro trimestre. No quarto trimestre, a recuperação foi praticamente interrompida (taxa de



variação de 0,2% em cadeia). No final do ano, a atividade económica situava-se cerca de 6% abaixo do nível pré-pandemia. Considerando os agregados de despesa líquidos de conteúdos importados, a procura interna recuperou quase totalmente, situando-se 2% abaixo do valor do final de 2019, ao contrário das exportações que, no final do ano, mantinham um valor 18% inferior.

A crise caracterizou-se por um aumento marcado da poupança dos particulares para 12,8% do rendimento disponível, um máximo desde 2002. Este aumento foi muito superior ao verificado nas últimas duas crises e revela um comportamento de precaução das famílias. O aumento reflete também uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo e da dificuldade em substituir o tipo de despesa mais afetada. No segundo trimestre, a taxa de poupança subiu para 18,4. Na segunda metade do ano observou-se uma diminuição, mas a taxa permaneceu em valores muito superiores aos observados nos últimos anos. Os dados de compras com cartões bancários mostram que os indivíduos de consumo elevado reduziram mais acentuadamente as suas despesas, pelo que a acumulação de poupança terá estado mais concentrada neste grupo.

A poupança dos particulares foi sustentada pelo crescimento de 1% do rendimento disponível nominal. Para esta evolução contribuíram em magnitude idêntica as remunerações do trabalho e as prestações sociais e outras transferências correntes. A preservação do rendimento reflete o funcionamento dos estabilizadores automáticos e, em especial, as medidas implementadas para proteção do emprego e o reforço do apoio social.

O consumo público cresceu 0,4%, após 0,7% em 2019. Em resposta à crise, a despesa líquida em bens e serviços acelerou devido ao aumento da despesa em saúde e da redução da receita da venda de bens e serviços. No entanto, houve uma redução da despesa associada às limitações no funcionamento dos serviços públicos.

Ao contrário de recessões anteriores, a FBCF reduziu-se menos do que o PIB (1,9%), sendo de salientar a resiliência na construção.

Os fluxos comerciais com o exterior reduziram-se fortemente. As exportações foram o agregado da despesa com maior queda no ano (18,6%). Na componente de bens, a queda cifrou-se em 7,6%, inferior à observada em 2009 (12,3%). A recuperação ao longo do ano foi muito rápida, acompanhando a evolução do comércio mundial de mercadorias.



Nos serviços, a queda de 37,1% não tem precedente histórico e, no final do ano, a recuperação permanecia muito incompleta.

Os constrangimentos às viagens internacionais implicaram uma redução drástica dos fluxos de turismo, penalizando fortemente as exportações de serviços.

Os subsectores de serviços mais dependentes de contacto pessoal foram os mais afetados. A queda do VAB foi mais significativa nos subsectores das artes, entretenimento e cultura (20,3%), do comércio, alojamento e restauração, dos transportes e armazenagem e dos serviços prestados às empresas (quedas em torno de 12,5%). No final do ano, a recuperação destes subsectores permanecia muito incompleta, destacando-se o subsector das artes, entretenimento e cultura, onde o nível do VAB correspondia a cerca de 80% do observado no final de 2019.¹

A atividade da Círculo de Cristal foi projetada num pressuposto de estabilidade económica e de desenvolvimento turístico do país e do Porto em particular. Neste pressuposto a visão da Círculo de Cristal é fazer com que o Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota recupere a sua referência e se imponha como escolha privilegiada para a realização de eventos nacionais e internacionais, com novos padrões de conforto, segurança e acústica.

Este enquadramento sofreu um grande impacto durante todo o ano 2020 e ainda grande parte de 2021, com a situação causada pela pandemia do Corona vírus e a suas inevitáveis repercussões em toda a economia mundial e na organização e convivência social e cultural.

Apesar do necessário período de ajustamento que se seguirá, confiamos na capacidade de adaptação da Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota e de toda a sua estrutura relacional e humana, para responder a este desafio.

3. Análise da atividade e da posição financeira

Até outubro de 2019, a atividade centrou-se essencialmente nas fases de reabilitação e requalificação do imóvel, bem como da preparação da exploração, através do estabelecimento

¹ Fonte: Boletim Económico do Banco de Portugal de maio de 2021

e divulgação de um projeto de negócio global e concretização de parcerias publicitárias e comerciais.

Apesar da inauguração a 31 de outubro de 2019, algumas intervenções ao nível da reabilitação, prolongaram-se no tempo para 2020.

Deste trabalho de preparação resultaram dois intensos meses de atividade (novembro e dezembro de 2019), forte augúrio da magnífica capacidade instalada e recetividade quer nos clientes diretos – promotores de eventos, quer nos clientes finais – público em geral.

Já em março de 2020, a exploração foi abruptamente interrompida pela pandemia Covid 19 e respetivas medidas de contenção, nomeadamente pela declaração do Estado de Emergência Nacional em 18 de março de 2020, obrigando a uma suspensão total da atividade durante grande parte do ano e, mesmo quando foi possível abrir, à implementação de medidas muito restritivas no que respeita a horários, distanciamentos, lotação e medidas sanitárias.

Esta suspensão de atividade foi ainda acompanhada da cedência do Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota ao município do Porto para instalação do Hospital de Campanha, de março a agosto de 2020.

Neste contexto, a estratégia foi estruturada em duas linhas de ação, uma no que concerne a rendimentos e outra a gastos.

No que respeita a rendimentos, o esforço foi no sentido de que a suspensão de atividade se refletisse num adiamento e não num cancelamento de influxos. Desta forma, a maioria dos eventos abertos ao público estão a ser reagendados a partir do último trimestre de 2021. Quanto aos contratos de publicidade está a ser negociada a suspensão da sua vigência durante 12 meses, respeitando 6 meses a 2020 e 6 meses a 2021, sendo o prazo dos contratos prolongado pelo mesmo período da suspensão. Vimos ainda aprovada a candidatura ao Apoiar – incentivos à liquidez, por quebra de faturação.

Quanto aos gastos, procurou-se eliminar todos gastos variáveis, tentando reduzir os fixos de acordo com os níveis de atividade esperados. A este nível, além da utilização de instrumentos como o layoff simplificado e a moratória do crédito bancário, procedeu-se ainda à sensibilização dos fornecedores de serviços regulares, obtendo-se em geral boa recetividade.

Os resultados operacionais foram negativos em 76.474,02€ e o resultado líquido do exercício foi negativo em 203.010,16€.

4. Investimentos no exercício

Foi em 2019, que se concentrou a grande parte do investimento de reabilitação e requalificação do imóvel Superbockarena / Pavilhão Rosa Mota, apesar de algumas questões relacionadas com a fase final de reabilitação e equipamento se tivessem prolongado para 2020.

No final de 2020, o investimento bruto ascendia a 13.199.504,74€, divididos entre 13.069.826,57€ da empreitada e 129.678,17 € noutros equipamentos.

5. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se a transferência do resultado líquido de 2020, no montante negativo de 203.010,16€, para resultados transitados.

6. Expectativas futuras

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública.

Foi ainda declarado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, regulamentado pelo Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, que aprovou um conjunto de medidas excecionais e extraordinárias.

Deste modo, o foco estratégico consiste na manutenção da solvabilidade financeira, manutenção do emprego e mitigar os efeitos do presente enquadramento de saúde, social e económico.

A Administração continuará incansavelmente o caminho do desenvolvimento e da valorização da empresa, com a audácia e prudência pelas quais tem pautado as suas decisões, pelo que irá

continuar a implementação de medidas que reforcem os projetos que aumentem os níveis de sustentabilidade, nos seus pilares sociais, económicos e ambientais, especialmente no atual contexto de emergência da saúde pública.

Temos feito um esforço de adaptação àquela que é a realidade económica e social atual, adotando as medidas definidas e respeitando as limitações impostas. Neste sentido, acolhemos no final de 2020 o ciclo de concertos Santa Casa Portugal ao Vivo 2020, que apesar dos constrangimentos e necessidades de adaptação de última hora, decorreram de forma muito satisfatória, demonstrando a nossa inegável flexibilidade e resiliência.

Esta experiência permite-nos manter confiança na robustez futura e na capacidade da empresa prosseguir em continuidade, fazendo uso dos recursos disponíveis e da adaptabilidade característica de uma estrutura ainda numa fase muito inicial de atividade, mas mostrando-nos preparados para o ressurgimento da atividade cultural aos níveis anteriormente projetados.

7. Outras informações

A empresa não apresenta dívidas ao Estado, nem à Segurança Social em situação de mora, tendo todas as obrigações sido cumpridas nos prazos legalmente estipulados.

Não existiram, nem foram concedidas autorizações para negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira que influenciem a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

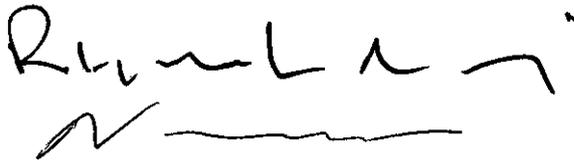
De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 5 do artigo 65º do Código das Sociedades Comerciais informamos que a sociedade não adquiriu ou alienou ações próprias durante o exercício de 2020, pelo que o número destas à data de encerramento era nulo.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2020

foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 30 de novembro de 2021

O Conselho de Administração,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rui Luís', with a horizontal line underneath it.

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**EXERCÍCIO DE 2020**

Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o número de ações da sociedade, "CÍRCULO DE CRISTAL, S.A.", que os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização eram titulares, à data de 31 de dezembro de 2020, e bem assim todas as suas aquisições, onerações ou cessações de titularidade:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração (ações detidas diretamente)	Aquisições		Alienações		Nº de ações / Valor da quota em 31/12/2020	
	Data	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Filipe Alberto Reis de Azevedo						-
Nuno Alexandre Reis de Azevedo						-
Jorge Manuel da Costa Lopes						-
Jorge Alberto Ferreira Gomes da Silva						-

Conselho de Administração (ações detidas em sociedades em relação de Domínio ou de Grupo)	Aquisições		Alienações		Nº de ações / Valor da quota em 31/12/2020	
	Data	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Filipe Alberto Reis de Azevedo						
Participações Indiretas:						
AZEVEDO'S, S.G.P.S., S.A. (1)						1.333.333
Nuno Alexandre Reis de Azevedo						
Participações Indiretas:						
AZEVEDO'S, S.G.P.S., S.A. (1)						1.333.333
Jorge Manuel da Costa Lopes						
Participações Indiretas:						
PEV ENTERTAINMENT, Lda. (3)						6.250 €
Jorge Alberto Ferreira Gomes da Silva						
Participações Indiretas:						
PEV ENTERTAINMENT, Lda. (3)						3.750 €

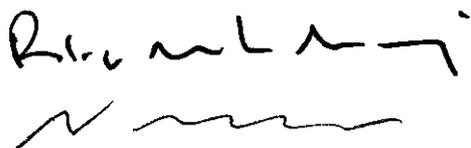
Ações detidas pelas sociedades indicadas no quadro acima	Aquisições		Alienações		Nº de ações / Valor da quota em 31/12/2020	
	Data	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
(1) AZEVEDO'S, S.G.P.S., S.A.						
Participações Indiretas:						
Lúcio da Silva Azevedo & Filhos, S.A. (2)						400.964
(2) Lúcio da Silva Azevedo & Filhos, S.A.						
Participações Indiretas:						
CÍRCULO DE CRISTAL, S.A. (4)						10
(3) PEV ENTERTAINMENT, Lda.						
Participações Indiretas:						
CÍRCULO DE CRISTAL, S.A. (4)						50

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Data	Aquisições		Alienações		Nº de ações / Valor da quota em 31/12/2020
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Fiscal Único Efetivo					
Anjos & Associados, SROC, Lda. representada por:					
Dr. Jónatas de Jesus Margarida					
Fiscal Único Suplente					
Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos					

Porto, 30 de novembro de 2021

O Conselho de Administração,



Balço Individual em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		12 416 373,85	12 305 531,57
Ativos Intangíveis		12 924,79	12 738,40
Outros Investimentos financeiros		15 750,55	911,19
Subtotal		12 445 049,19	12 319 181,16
Ativo corrente			
Clientes		187 322,83	485 683,16
Estado e outros entes públicos		22 961,07	156 982,53
Outros créditos a receber		731 847,69	138 581,20
Diferimentos		10 622,30	558,64
Caixa e depósitos bancários		196 456,70	780 968,23
Subtotal		1 149 210,59	1 562 773,76
Total do ativo		13 594 259,78	13 881 954,92
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito		50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio		900 000,00	900 000,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-356 407,25	-97 841,94
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajust. / Outras variações de capital próprio		635 263,45	0,00
Subtotal		1 228 856,20	852 158,06
Resultado Líquido do período		-203 010,16	-273 382,73
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		1 025 846,04	578 775,33
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		6 722 884,90	5 414 664,60
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivo por impostos diferidos		168 867,51	0,00
Outras dívidas a pagar		264 718,18	37 259,65
Subtotal		7 156 470,59	5 451 924,25
Passivo corrente			
Fornecedores		271 946,34	418 564,23
Estado e outros entes públicos		12 343,98	10 299,87
Financiamentos obtidos		947 998,04	1 319 292,35
Outras dívidas a pagar		2 959 086,87	5 030 074,65
Diferimentos		1 220 567,92	1 073 024,24
Subtotal		5 411 943,15	7 851 255,34
Total do Passivo		12 568 413,74	13 303 179,59
Total do capital próprio e do passivo		13 594 259,78	13 881 954,92

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado




CÍRCULO DE CRISTAL, S.A.

Contribuinte: 514247185

Moeda: Euros

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2020

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados		865 882,40	881 132,97
75		Subsídios à exploração		178 182,85	-
785+792	685	Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		-	-
73		Variação de inventários na produção		-	-
74		Trabalhos para a própria entidade		-	-
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	7 997,27
	62	Fornecimentos e serviços externos	-	293 757,10	777 133,43
	63	Gastos com pessoal	-	177 880,78	141 970,95
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)		-	-
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		-	-
7623;7627/8	653;657/8	Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
77	66	Aumentos / reduções de justo valor		-	-
78...+791		Outros rendimentos		45 477,85	6 123,69
	69-685+69...	Outros gastos	-	30 682,13	56 149,96
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		587 223,09	95 994,95
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-	663 697,11	106 508,99
7624/6	654/6	Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	76 474,02	202 503,94
7915		Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados	-	124 798,94	67 593,46
		Resultado antes de impostos	-	201 272,96	270 097,40
	812	Impostos sobre o rendimento do período	-	1 737,20	3 285,33
		Resultado líquido do período	-	203 010,16	273 382,73

	Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
--	--	--	--	--

	Resultado líquido do período atribuível: (*)			
	Detentores do capital da casa mãe			
	Interesses que não controlam			
	Subtotal			
	Resultado por ação básico			

Contabilidade - (c) Primavera BSS

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

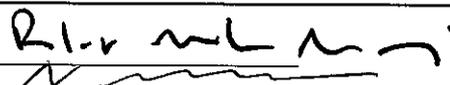
R. L. L. L. L.

Suzana Maria

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		1 504 812,42	1 544 328,35
Pagamentos a Fornecedores		-577 543,28	-486 566,28
Pagamentos ao Pessoal		-167 601,49	-56 759,03
Caixa gerada pelas operações		759 667,65	1 001 003,04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 285,33	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-16 602,17	-115 891,85
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		739 780,15	885 111,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 871 985,92	-7 321 601,51
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		-13 670,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		778 983,87	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2 106 672,05	-7 321 601,51
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		1 386 482,50	6 722 422,31
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	590 000,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		19 942,80	0,00
Outras operações de financiamento		367 818,56	92 500,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-614 556,51	-45 487,80
Juros e gastos similares		-27 306,98	-67 593,46
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-350 000,00	-75 000,00
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)		782 380,37	7 216 841,05
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-584 511,53	780 350,73
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no Início do período		780 968,23	617,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período		196 456,70	780 968,23

A Administração/Gerência



O Contabilista Certificado



Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Em 31 de Dezembro de 2020

(Montantes expressos em euros)

1 – Identificação da entidade.

A empresa Círculo de Cristal, S.A., é uma sociedade anónima constituída em 12 de janeiro de 2017, com o NIPC 514 247 185, com sede na Avenida Antunes Guimarães, 1217 – 2.º, 4100-082 Porto.

A empresa tem por objeto a atividade de reabilitação, requalificação e exploração do Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota, ao abrigo de contrato de concessão com o Município do Porto, por um prazo de 20 anos.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

2.1. Referencial contabilístico adotado

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Mais especificamente, foram aplicados os seguintes instrumentos legais:

- Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos Avisos n.º 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Avisos números 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015 de 29 de julho, e ainda, Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras) e Portaria n.º 228/2015 de 23 de julho (Código de Contas).”

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras, são comparáveis em todos os aspetos significativos, devendo ser considerada a reexpressão dos saldos das rubricas de Balanço de “Fornecedores” e de “Outras dívidas a pagar”, pela reafectação a esta última rubrica dos saldos de “Fornecedores de investimentos”, anteriormente classificados na rubrica de “Fornecedores”, como segue:

	Ano 2019	
	Balanço	Reexpressão
Passivos:		
Fornecedores:		
Fornecedores CC	418 564,23	418 564,23
Fornecedores de investimento	4 912 959,88	
Total de fornecedores:	5 331 524,11	418 564,23
Outras contas a pagar:		
Remunerações a liquidar	33 052,50	33 052,50
Pessoal		
Fornecedores de investimento		4 912 959,88
Outros credores por acréscimos de gastos	114 350,50	114 350,50
Outros credores	6 971,42	6 971,42
Total de Outras contas a pagar:	154 374,42	5 067 334,30

Em outubro de 2019, teve início a exploração comercial do Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota, após a fase de reabilitação e requalificação que antecedeu esta data.

Já em março de 2020, a exploração foi abruptamente interrompida pela pandemia Covid 19 e respetivas medidas de contenção, nomeadamente pela declaração do Estado de Emergência Nacional em 18 de março de 2020, obrigando a uma suspensão total da atividade durante grande parte do ano e, mesmo quando foi possível abrir, à implementação de medidas muito restritivas no que respeita a horários, distanciamentos, lotação e medidas sanitárias.

Esta suspensão de atividade foi ainda acompanhada da cedência do Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota ao município do Porto para instalação do Hospital de Campanha, de março a agosto de 2020.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade, com o princípio do custo histórico e com o regime de acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Segundo o regime do acréscimo, as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e Diferimentos”

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas nos parágrafos seguintes. A aplicação destas políticas foi efetuada de forma consistente nos períodos comparativos.

3.2.1. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As depreciações são registadas após o início da utilização, segundo o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

As depreciações são registadas após o início da utilização, segundo o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

A Empresa pratica taxas de depreciação dentro dos limites das taxas mínimas estabelecidas para fins fiscais nos termos do Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Equipamento básico	4 a 16 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros AFT – Obras de reabilitação	20 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados, nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção / instalação, integrados no item “ativos fixos tangíveis” e registados ao custo de aquisição.

3.2.3. Gastos de financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

3.2.4. Imparidade de ativos

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades que resultem, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos, de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores ou outros litígios identificados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.5. Rédito

O rédito   mensurado pelo justo valor da contrapresta o recebida ou a receber, líquido de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo financeiro for diferido, o justo valor da retribui o pode ser inferior   quantia nominal, sendo a diferença reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da presta o de serviços   reconhecido com referência   fase de acabamento da transa o   data de relato, desde que todas as seguintes condi oes sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
-   provável que benefícios econ micos futuros associados   transa o fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transa o podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transa o   data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.2.6. Provisões, Passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obriga o presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolu o dessa obriga o, ocorra uma saída de recursos e o montante da obriga o possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstra es financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios econ micos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstra es financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo econ mico futuro de recursos.

3.2.7. Subsídios e apoios do Governo

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e sejam cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

3.2.8. Impostos sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), de prejuízos fiscais dedutíveis e créditos fiscais não utilizados, mas suscetíveis de utilização futura.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

3.2.9. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- ***Clientes e outras dívidas de terceiros***

As dívidas de clientes e outras a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável. As referidas perdas por imparidade são registadas em resultados, no exercício em que se verificarem.

- ***Fornecedores e outras dívidas a terceiros***

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- ***Empréstimos***

Os empréstimos são registados pelo método do custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, consoante o seu vencimento ocorra a menos ou a mais de um ano.

- ***Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio***

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação. São considerados pela empresa instrumentos de capital próprio, aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que a empresa detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

- ***Caixa e Depósitos bancários***

Os montantes incluídos na rubrica caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários imediatamente realizáveis e sem risco significativo de perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.3. Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido, a Gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro:

A este respeito, será de considerar o impacto causado pela Pandemia Covid 19, cujas medidas de contenção, no âmbito da declaração do Estado de Emergência Nacional em 18 de março de 2020, se prolongaram até ao momento, obrigando durante os anos 2020 e 2021 a períodos de suspensão total da atividade, mas também, mesmo nos períodos em que a atividade é possível, à implementação de medidas muito limitativas em termos de horários e lotação de eventos, com um impacto devastador em todo o sector da cultura e na nossa atividade em particular.

Neste contexto, mantemos para 2021 a estratégia já seguida em 2020, estruturada em duas linhas de ação, uma no que concerne a rendimentos e outra a gastos.

No que respeita a rendimentos, a estratégia prende-se com o esforço de que a suspensão de atividade se reflita num adiamento e não num cancelamento de influxos. Desta forma, a maioria dos eventos abertos ao público estão a ser reagendados a partir do último trimestre de 2021. Quanto aos contratos de publicidade está a ser negociada a suspensão da sua vigência durante 12 meses, respeitando 6 meses a 2020 e 6 meses a 2021, sendo o prazo dos contratos

prolongado pelo mesmo período da suspensão.

Quanto aos gastos, procura-se a maior contenção possível, eliminando todos gastos variáveis e tentando reduzir os fixos de acordo com os níveis de atividade esperados. A este nível, além da utilização de instrumentos como o layoff simplificado e a moratória do crédito bancário, procedeu-se ainda à sensibilização dos fornecedores de serviços regulares, obtendo-se em geral boa recetividade.

A administração da empresa considera não estar posto em causa o pressuposto da continuidade das operações em que as Demonstrações Financeiras foram preparadas, considerando que a estrutura leve, característica de uma empresa em início de atividade de exploração, contribuirá para transpor este período e responder da melhor forma aos ajustamentos que vierem a ser impostos à atividade no futuro. Além deste fator, estamos convictos de uma marcante retoma de atividade assim que o contexto epidemiológico o permitir, o que se augura para breve dado o sucesso da campanha de vacinação no alcance da chamada imunidade de grupo.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.

4 – Fluxos de caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os valores registados em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso e decompõem-se da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2020
Caixa	1 544,90	1 569,90
Depósitos à ordem	779 423,33	194 886,80
Depósitos a Prazo	0,00	0,00
Total de caixa e depósitos bancários	780 968,23	196 456,70

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificou a aplicação inicial de qualquer disposição de uma NCRF, nem nenhuma alteração voluntária de política contabilística ou estimativa com efeitos, ou possíveis efeitos, no período corrente, períodos anteriores ou períodos futuros.

Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores.

6 – Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

6.1.1. Entidades que participam no capital da Círculo de Cristal, S.A.

	% Capital	Valor Capital
Azevedos's SGPS, S.A.	40%	20 000,00
Lucio da Silva Azevedo & Filhos, S.A.	10%	5 000,00
PEV Entertainment, Lda.	50%	25 000,00
	1	50 000,00

6.1.2. Saldos com entidades relacionadas

	Azevedos, S.A.		Lucio, S.A.		PEV, Lda	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Ativo						
Clientes					18 787,55	37 062,45
Outros devedores						349 993,17
Financiamentos concedidos						
Total Ativo:	-	-	-	-	18 787,55	387 055,62
Passivo						
Fornecedores			2 569 492,89	1 903 231,99		
Outros credores			111,00	111,00	6,83	
Financiamentos obtidos	12 500,00	177 500,00			44 522,44	44 522,44
Total Passivo:	12 500,00	177 500,00	2 569 603,89	1 903 342,99	44 529,27	44 522,44

6.1.3. Transações com entidades relacionadas

	Azevedos, S.A.		Lucio, S.A.		PEV, Lda	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Investimentos - Obra			6 394 133,64	- 666 852,00		
Gastos - FSE			6 710,05	591,01		
Rendimentos - PS					16 185,00	33 903,79
	-	-	6 400 843,69	- 666 260,99	16 185,00	33 903,79

6.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

A administração não é remunerada

7 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis foram adquiridos e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. Não se verificaram perdas por imparidade no ativo intangível.

Os ativos intangíveis que figuram no Balanço têm vida útil finita tendo as amortizações sido calculadas segundo o método da linha reta. As depreciações do período são calculadas tendo em consideração uma vida útil de 3 anos.

No ano 2020, a rubrica “Ativos intangíveis” apresentou os seguintes movimentos:

	Saldo Inicial	Ano 2020				Saldo Final
		Adições	Alienações	Transferências	Abates	
Activo Bruto						
Programas de Computador	11 544,75					11 544,75
Outros ativos intangíveis	-	2 190,00		1 460,00		3 650,00
Ativos intangíveis em curso	1 460,00			1 460,00		-
	13 004,75	2 190,00				15 194,75
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Programas Computadores	266,35	1 598,09				1 864,44
Outros ativos intangíveis		405,52				405,52
	266,35	2 003,61				2 269,96
Valor Líquido	12 738,40					12 924,79

8 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis foram adquiridos e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. Não se verificaram perdas por imparidade no ativo fixo tangível.

As depreciações do período são calculadas segundo o método da linha reta tendo em consideração a vida útil estimada.

No ano 2020, a rubrica “Ativos fixos tangíveis” apresentou os seguintes movimentos:

	Saldo Inicial	Ano 2020				Saldo Final
		Adições	Alienações	Transferências	Abates	
Activo Bruto						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções						-
Equipamento básico	100 894,59	9 268,88		3 294,00		106 869,47
Equipamento de transporte						-
Equipamento administrativo	3 299,69	2 072,51		2 241,75		7 613,95
Outros AFT - Obra	2 041 837,14	389 519,16		1 571 019,05		4 002 375,35
Ativos fixos em curso	10 265 742,79	3 716 75,23		1 569 966,80		9 067 451,22
	12 411 774,21	7 72 535,78				13 184 309,99
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Edifícios e outras construções						-
Equipamento básico	3 096,13	9 156,66				12 252,79
Equipamento de transporte						-
Equipamento administrativo	153,58	1 592,38				1 745,96
Outros AFT - Obra	102 992,93	650 944,46				753 937,39
	106 242,64	661 693,50				767 936,14
Valor Líquido	12 305 531,57					12 416 373,85

Os Ativos Fixos em curso correspondem a obras e equipamentos de reabilitação do Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota, ainda em fase de receção em 31 de dezembro de 2020.

9 – Outros investimentos financeiros

O valor desta rubrica, que ascende a 15.750,55 €, corresponde às prestações para o Fundo de Compensação do Trabalho e às ações detidas NORGARANTE.

10 – Rédito

De salientar, mais uma vez, o impacto da pandemia Covid 19 em toda a atividade. Além da suspensão motivada pela obrigatoriedade de encerramento de estabelecimentos, sublinha-se a cedência do Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota ao município do Porto para instalação do Hospital de Campanha, de março a agosto de 2020.

Além disso, a retoma de atividade foi muito limitada pelas medidas de contenção da pandemia, ao nível de lotação, horários e mobilidade da população em geral.

Desta forma, para reconhecimento do rédito proveniente de contratos de publicidade e patrocínio foi considerada uma suspensão de efeitos dos contratos de 6 meses durante o ano 2020. Já o rédito proveniente da prestação de serviços de cedência de espaço é reconhecido na data em que essa prestação de serviços ocorre, independentemente do seu recebimento.

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de prestação de serviços apresenta a seguinte decomposição (em termos comparativos, o ano 2019 correspondeu a 2 meses de atividade):

	Ano 2019	Ano 2020	Variação	Var. %
Réditos reconhecidos no período				
Vendas de bens				
Prestação de serviços - Promoção própria de eventos	342 389,44	-	- 342 389,44	-100%
Prestação de serviços - Cedência de espaços	309 606,93	186 090,65	- 123 516,28	-40%
Prestação de serviços - Patrocínios e publicidade	193 908,56	655 500,67	461 592,11	238%
Prestação de serviços - Concessões	33 333,33	24 002,46	- 9 330,87	-28%
Prestação de serviços - Outros	1 894,71	288,62	- 1 606,09	-85%
Total:	881 132,97	865 882,40	- 15 250,57	

11 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A empresa não registou provisões, nem identificou passivos ou ativos contingentes.

12 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Em 2018, a empresa candidatou o projeto de Reabilitação, requalificação e exploração do Palácio de Cristal / Super Bock Arena ao Programa operacional competitividade e internacionalização. O termo de aceitação foi assinado em 20 de fevereiro de 2020. O apoio reveste a forma de incentivo reembolsável no valor de 853.982,50€ e de incentivo não reembolsável com juros bonificados, estimado no mesmo montante.

Além do projeto acima e no âmbito dos apoios criados para mitigar os efeitos da pandemia Covid 19, a empresa candidatou-se ao apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho “layoff simplificado”, durante os meses de abril a junho, ao apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade nos meses de novembro e dezembro e ao apoiar – incentivos à liquidez, por quebra de faturação.

Os subsídios reconhecidos em 2020 tem a seguinte decomposição:

	Ano 2019	Ano 2020
Subsídios reconhecidos no período		
Apoio extraordinário à manutenção contratos de trabalho		16 089,72
Apoio extraordinário à retoma progressiva		9 578,98
Apoiar - incentivos à liquidez		135 000,00
Bonificação de juros - projecto de reabilitação		17 514,15
Sub-Total Subsídios à Exploração:	-	178 182,85
Imputação de subsídio ao investimento - projeto de reabilitação	6 123,69	43 727,85
Sub-Total Reconhecimento Subsídios ao investimento:	6 123,69	43 727,85
Total:	6 123,69	221 910,70

Conforme informação descrita no quadro acima, a empresa beneficiou em 2020 do apoio do “Layoff simplificado”, nos termos do Decreto-Lei 10-G/2020.

De igual modo, beneficiou do apoio à retoma progressiva nos termos do Decreto-Lei 46-A/2020.

13 – Impostos sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) às taxas normais previstas no nº 1 (21%) e nº 2 (17% sobre os primeiros 15.000 euros de matéria coletável) do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo 88º do referido código.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, discrimina-se como segue:

	Ano 2019	Ano 2020
Imposto sobre o rendimento		
Resultado contabilístico do período (antes de impostos) (1)	- 270 097,40	- 201 272,96
Imposto corrente (2)		
Imposto diferido (3)		
Imposto sobre o rendimento do período (4)=(2)+(3)		
Tributações autónomas (5)	- 3 285,33	- 1 737,20
Total:	- 273 382,73	- 203 010,16

14 – Instrumentos financeiros

14.1. Clientes/Fornecedores/Acionistas-Sócios/Outras contas a receber e apagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2020, as rubricas de Clientes, Fornecedores, Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

	Ano 2019			Ano 2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos:						
Clientes:						
Clientes cc	485 683,16	-	485 683,16	187 322,83	-	187 322,83
Clientes títulos a receber	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Total de Clientes:	485 683,16	-	485 683,16	187 322,83	-	187 322,83
Outras contas a receber:						
Sócios	-	-	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	42 082,40	-	42 082,40	210 357,09	-	210 357,09
Outros devedores	96 498,80	-	96 498,80	521 490,60	-	521 490,60
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Total de Outras contas a receber:	138 581,20	-	138 581,20	731 847,69	-	731 847,69
Passivos:						
Fornecedores:						
Fornecedores cc	418 564,23	-	418 564,23	271 946,34	-	271 946,34
Fornecedores títulos a pagar	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de fornecedores	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Total de fornecedores:	418 564,23	-	418 564,23	271 946,34	-	271 946,34
Outras contas a pagar:						
Remunerações a liquidar	33 052,50	-	33 052,50	33 311,50	-	33 311,50
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Fornecedores de Investimento	4 875 700,23	37 259,65	4 912 959,88	2 474 972,40	264 718,18	2 739 690,58
Outros credores por acréscimos de gastos	114 350,50	-	114 350,50	450 691,97	-	450 691,97
Outros credores	6 971,42	-	6 971,42	111,00	-	111,00
Total de Outras contas a pagar:	5 030 074,65	37 259,65	5 067 334,30	2 959 086,87	264 718,18	3 223 805,05

14.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2019	Ano 2020
Ativos		
Imposto sobre o rendimento		
Imposto sobre o valor acrescentado	156 982,53	22 961,07
Total Ativo:	156 982,53	22 961,07
Passivos		
Imposto sobre o rendimento	3 285,33	1 737,20
Retenção imposto sobre rendimento	3 027,50	4 440,00
Imposto sobre o valor acrescentado		
Contribuições para a segurança social	3 883,33	6 059,25
Outras tributações FCT/FGCT	103,71	107,53
Total Passivo:	10 299,87	12 343,98

14.3. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2019	Ano 2020
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Seguros	424,39	488,05
Outros gastos a reconhecer	134,25	10 134,25
Total Ativo:	558,64	10 622,30
Passivos		
Rendimentos a reconhecer - cedência de espaços	3 920,00	60 988,75
Rendimentos a reconhecer - patrocínios e publicidade	1 069 104,24	1 159 579,17
Total Passivo:	1 073 024,24	1 220 567,92

14.4. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 a rubrica de Financiamentos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2019			Ano 2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	1 262 269,91	5 414 664,60	6 676 934,51	725 975,60	6 722 884,90	7 448 860,50
Suprimentos - accionistas	57 022,44		57 022,44	222 022,44		222 022,44
Total:	1 319 292,35	5 414 664,60	6 733 956,95	947 998,04	6 722 884,90	7 670 882,94

Os empréstimos bancários tinham as seguintes garantias associadas:

	Montante do empréstimo	Montante em dívida em 31.12.2020			Garantias		
		Corrente	Não corrente	Total	Garantia Holográfica	Linhas em banco, subscrita pela empresa e avaliadas por Filipe Azevedo, Nuno Azevedo, Jorge Silva e Jorge Lopes	Perdiu das ações representativas de 100% do Capital
Mergante - garantia da linha Capitalizar Mais					683 186,00		
Adiantamento PT2020 - Incentivo não reembolsável					273 274,40		
BCP - Financiamento Capitalizar Mais	853 982,50		853 982,50	853 982,50			
Banco BIC - WFC20190019025001 "Superbock"	5 700 000,00	490 000,00	4 965 000,00	5 455 000,00	5 700 000,00	1.ª penhor	
Banco BIC - WFC20190038068001 "Sabseg"	365 853,66	60 975,60	243 902,40	304 878,00	365 853,60	2.ª penhor	
Banco BIC - WFC20190038068003 "Cin"	180 000,00	30 000,00	105 000,00	135 000,00	180 000,00	3.ª penhor	
Banco BIC - WFC20190037636003 "Banco BIC"	206 250,00	37 500,00	150 000,00	187 500,00	206 250,00	4.ª penhor	
Banco BIC - WFC20190037636001 "Segrape"	290 000,00	60 000,00	210 000,00	270 000,00	290 000,00	5.ª penhor	
Banco BIC - WFC20190037636002 "Delta"	242 500,00	47 500,00	195 000,00	242 500,00	242 500,00	6.ª penhor	
Total:	7 838 586,16	725 975,60	6 722 884,90	7 448 860,50	956 460,40	7 838 586,10	

A empresa aderiu à moratória para os seus financiamentos bancários, pelo que, o valor do passivo não corrente foi determinado atendendo a este facto.

O detalhe da rubrica de "Gastos de financiamento" em 31 de dezembro de 2019 e de 2020 é o seguinte:

	Ano 2019	Ano 2020
Juros de financiamentos	46 172,29	117 718,64
Outros gastos de financiamentos	21 421,17	7 080,30
Total:	67 593,46	124 798,94

15 - Capital Próprio

O capital social da empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 100 ações com o valor nominal de 500,00€ / cada.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2019	Ano 2020
Capital social	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	900 000,00	900 000,00
Reservas		
Resultados transitados	- 97 841,94	- 356 407,25
Outras variações de capital próprio		635 263,45
Resultado Líquido do Período	- 273 382,73	- 203 010,16
Total:	578 775,33	1 025 846,04

16 – Benefício dos empregados

À data de apresentação das Demonstrações Financeiras a empresa não tinha obrigações por benefícios pós emprego dos empregados.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

	Ano 2019	Ano 2020
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	114 684,95	142 959,49
Indeminizações		
Encargos sobre remunerações	26 693,99	33 130,06
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	592,01	1 231,23
Gastos de ação social		
Outros gastos com pessoal		560,00
Total Gastos com pessoal:	141 970,95	177 880,78
Número médio de funcionários	3	5

17 – Fornecimentos e serviços externos

O detalhe da rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” em 31 de dezembro de 2019 e de 2020 é o seguinte:

	<u>Ano 2019</u>	<u>Ano 2020</u>
<u>Subcontratos</u>		
<u>Serviços especializados</u>		
Trabalhos especializados	536 667,12	87 509,16
Publicidade e propaganda	57 208,42	846,00
Vigilância e segurança	25 483,30	25 099,75
Honorários	4 349,97	3 600,00
Conservação e reparação	20,00	1 281,00
Serviços bancários	877,39	1 335,36
Comissões	4 137,07	
Outros serviços		
<u>Materiais</u>		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 171,94	3 049,08
Livros e documentação técnica	23,68	
Material de escritório	1 492,06	216,19
Artigos para oferta		
Outros materiais		
<u>Energia e Flúidos</u>		
Electricidade	20 956,32	37 252,73
Combustíveis	2 810,49	2 462,41
Água		
Outros fluídos		
<u>Deslocações, Estadas e Transportes</u>		
Deslocações e estadas	3 858,98	1 782,74
Transportes de mercadorias		
Outros		
<u>Serviços Diversos</u>		
Rendas e alugueres	50 236,95	88 902,30
Comunicações	2 815,31	3 730,95
Seguros	4 553,50	8 175,00
Contencioso e notariado	145,00	324,38
Despesas de representação	692,00	68,00
Limpeza, higiene e conforto	42 549,31	27 601,85
Outros serviços	15 084,62	520,20
Total Fornecimentos e Serviços Externos:	777 133,43	293 757,10

18 - Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos e Perdas" em 31 de dezembro de 2019 e de 2020 é o seguinte:

	Ano 2019	Ano 2020
Impostos	52 141,22	17 098,59
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		1 784,95
Correcções relativas a exercícios anteriores	3 983,00	
Multas e penalidades		
Juros de mora e de acordos		9 163,55
Outros gastos e perdas	25,74	2 635,04
Total Outros Gastos e Perdas:	56 149,96	30 682,13

19 – Outros Rendimentos e Ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" em 31 de dezembro de 2019 e de 2020 é o seguinte:

	Ano 2019	Ano 2020
Rendimentos suplementares		
Rendimentos em investimentos não financeiros		1 750,00
Imputação de subsídios ao investimento	6 123,69	43 727,85
Outros rendimentos e ganhos		
Total Outros Rendimentos e Ganhos:	6 123,69	45 477,85

20 – Acontecimentos após a data do balanço e Eventos Subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registam outros fatores suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras, nesta data emitidas pelo Conselho de Administração, serão submetidas a aprovação da Assembleia Geral, que poderá não aprovar e solicitar alterações.

A administração, está a acompanhar a evolução da situação do vírus Covid-19, tanto a nível nacional como global, com vista a adotar todas as medidas possíveis para minimizar o impacto do vírus Covid-19 na Empresa, visando:

- Minimizar os efeitos, financeiros e na atividade, das limitações impostas;
- Responder às exigências da DGS, no que respeita a medidas preventivas, mantendo a segurança no funcionamento;
- Manter a cooperação com todos os parceiros de negócio

22 – Divulgações exigidas por diplomas legais

22.1. Honorários do Revisor Oficial de Contas

O valor dos honorários relativos à revisão legal das demonstrações financeiras de 2020 é de 1.200,00€.

22.2. Dívidas ao Estado ou outros entes públicos

A empresa não apresenta dívidas ao Estado, nem a trabalhadores em situação de mora.

A situação da empresa perante a Segurança Social está regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

22.3. Negócios com a sociedade

Não existiram, nem foram concedidas autorizações para negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

22.4. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se a transferência do resultado líquido de 2020, no montante negativo de 203.010,16€ para resultados transitados.

Porto, 30 de novembro de 2021

O Contabilista Certificado

Suzana Maria

A Administração

Ricardo

CÍRCULO DE CRISTAL, S.A.

**SUPER BOCK ARENA
JARDINS DO PALÁCIO DE CRISTAL
RUA D. MANUEL II
4050-346 PORTO**